AO EXPEDIENTE DO DIA
28 / 03 / 05
22 / 03 / 05

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Assessoria Parlamentar
Estado da Paraíba
02
Proj. de lei
nº 768/05

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

Projeto de Lei nº 768 **/ 2005**

Do Deputado Vital do Rêgo Filho

Concede Título de Cidadania Paraibana ao Ministro Nelson Azevedo Jobim - do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa da Paraíba Decreta:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadania Paraibana ao Ministro NELSON AZEVEDO JOBIM – do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Seções da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.

João Pessoa, 22 de março de 2005.

Vital Filho
Deputado Estadual

Aprovado em único Turno
Em 05/05/2005
1º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
03
P. de Lei
768/05
Estado da Paraíba

JUSTIFICATIVA

NELSON AZEVEDO JOBIM nasceu em 12 de abril de 1946, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, filho de Hélvio Jobim e D. Namy Azevedo Jobim.

Na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, obteve o diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (1964-1968).

Após a formatura, dedicou-se ao exercício da advocacia, foi Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Maria-RS, no biênio 1977-1978, e Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul, no biênio 1985-1986. Também foi membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul e do Instituto dos Advogados Brasileiros, sediado no Rio de Janeiro. Advogou de 1969 até 1994.

Professor Adjunto do Departamento de Direito da UFSM/RS em Direito Processual Civil, Introdução ao Direito e Filosofia do Direito.

No magistério, foi Professor da Escola Superior de Magistratura da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, lecionando Direito Processual Civil, Introdução ao Direito e Filosofia do Direito (1980-1986). Também lecionou na Escola Superior do Ministério Público da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, até 1986. É Professor-Adjunto da Fundação Universidade de Brasília.

Na Política, foi Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, para a 48ª legislatura (1987-1991). Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, foi Relator-Substituto na elaboração do Regimento Interno da ANC; Suplente da Subcomissão do Poder Legislativo; Suplente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo; membro titular da Comissão de Sistematização; Relator-Adjunto da Comissão de Sistematização. Exerceu as funções de Vice-Líder e, posteriormente, Líder do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, em 1989.

Reeleito Deputado Federal para a 49ª legislatura (1991-1995), foi Relator da Comissão de Reestruturação da Câmara dos Deputados (1991), Relator da Comissão Especial relativa à denúncia contra o Presidente da República, Sr. Fernando Collor de Mello, pela prática de crime de responsabilidade (1992) e Relator da Revisão Constitucional (1993-1994).

Exerceu o cargo de Ministro de Estado da Justiça, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, durante o período de 1º de janeiro de 1995 a 7 de abril de 1997.

Desempenhou, então, as seguintes missões oficiais: Chefe da Delegação Brasileira na Conferência Ministerial sobre Lavagem de Dinheiro e Produtos da Atividade Criminosa, realizada em Buenos Aires, Argentina, em 1º de dezembro de 1995; Palestrante no Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável, Floresta Amazônica e o Papel do Direito, realizado na Universidade do Texas, EUA, em 29 de fevereiro de 1996; membro da Delegação Brasileira na 52ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, realizada em Genebra, Suíça, em 25 de março de 1996; Chefe da Delegação Brasileira na V Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, realizada em Maputo, Moçambique, em 10 de maio de 1996; Chefe da Delegação Brasileira na III Reunião Ministerial Americana sobre Infância e Política Social, realizada em Santiago do Chile, em 8 de agosto de 1996; Integrante da Comitiva presidencial em viagem à República Italiana, ocasião em que foi firmado o

Acordo para Combate às Drogas e ao Crime Organizado, em Roma, Itália, em 12 de fevereiro de 1997.

Participou, ainda, já como integrante do Supremo Tribunal Federal, da Comisión Binacional sobre Medidas de Confianza Mútua y Seguridad e Acuerdo para la Fijación de Medidas para Asegurar el Funcionamento Eficaz del Canal de Zuramilla, 8 de outubro de 1998, Peru/Equador.

Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 7 de abril de 1997, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Francisco Rezek, havendo tomado posse em 15 de abril de 1997.

Escolhido pelo Supremo Tribunal Federal, integrou o Tribunal Superior Eleitoral como Juiz Substituto (1º de julho de 1997 a 8 de fevereiro de 1999), passando a Efetivo em 9 de fevereiro de 1999. Em 6 de março de 2001 tomou posse no cargo de Vice-Presidente e, em 11 de junho seguinte, no de Presidente do Tribunal, escolhido por seus pares. Presidiu o processo eleitoral de outubro de 2002, no qual foram eleitos o Presidente e Vice-Presidente da República, Governadores de Estados, deputados federais estaduais e do Distrito Federal e renovados dois terços da composição do Senado Federal.

Em sessão plenária de 9 de abril de 2003, foi eleito Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, tomando posse no cargo a 5 de junho seguinte.

Em sessão de 19 de maio de 2004, foi eleito Presidente do Supremo Tribunal.

Assumiu a Presidência do Tribunal em sessão solene realizada em 3 de junho de 2004.

Proferiu as seguintes conferências e palestras: Palestra proferida em evento promovido pela Associação do Ministério Público — Núcleo 7, OAB — Subseção de Alegrete e Fundação Educacional de Alegrete, no mês de agosto de 1978; Conferência na Aula Inaugural no Semestre I/90, na Escola Superior do Magistério Público, Porto Alegre, Março de 1990; Palestra "Estatuto da Magistratura Nacional", 5 de junho de 1992; "As Tendências do Direito e do Poder Judiciário no Brasil e no Mundo", no Conselho da Justiça Federal, Brasília, 1995; "V Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa", Maputo, 7 a 10 de maio de 1996; "Conferência Sobre a Política do Ministério da Justiça", na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1996; Aula Magna Universidade Estácio de Sá, proferida em 3 de setembro de 1996; Conferência do 1º Ciclo de Estudos de Política e Estratégia da ADESG, Tocantins, 22 de setembro de 1997; Palestra "Organização Judiciária Brasileira", na Universidade de Franca, Franca — SP, 19 de junho de 1998; Palestra sobre "Lavagem de Dinheiro", IASP, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP, 25 de setembro de 1998; Palestra no "I Congresso Brasiliense de Direito Constitucional — Os 10 anos da Constituição Federal em Debate: Balanço e Perspectivas", no Instituto Brasiliense de Direito Público, 22 a 24 de outubro de 1998; Escola Nacional da Magistratura/Instituto dos Advogados de São Paulo, 30 de outubro a 2 de novembro de 1998; Palestra "O Papel do Supremo Tribunal Federal no Processo Decisório Nacional", no Curso de Formação em Inteligência na Casa Militar da Presidência da República, em Brasília, 5 de abril de 1999; Conferência "Lavagem de Dinheiro", Grupo Mission, São Paulo, 30 de abril de 1999; Palestra "Globalização e o Poder Judiciário", no V Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho, em Mangaratiba, RJ, no IBCB, 1999; Palestra "As Reformas Constitucionais frente à atualidade brasileira", Decreto nº 1.691/99 declara o Ministro Nelson Jobim Hóspede Oficial do Município de Tupanciretã; "V Simpósio Intersindical de Relações do Trabalho", FIERGS/CONTRAB, em Canela - RS, 3 a 5 de junho de 1999; Conferência no XI Encontro Nacional de Procuradores de Assembléias Legislativas, ANPAL, em Gramado, RS, 8 e 9 de

04
Proj. de Lei

maio de 2000; Palestra de abertura do "Seminário Internacional sobre Todas as Formas de Discriminação no Mercado de Trabalho", Tema: Introdução a Ação Afirmativa no Brasil, no Auditório do MPDFT, em Brasília, 15 de maio de 2000; Palestra "Direitos Humanos", na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Minas Gerais, 9 de junho de 2000; Palestra "Ação de Investigação Judicial Eleitoral para apuração de abuso de poder", UFBA, II Simpósio Nacional de Direito Eleitoral — Eleições 2000 — Salvador-BA, 28 de julho de 2000; Palestra "Abuso nas campanhas eleitorais e cassação de registro", na Faculdade Cândido Mendes, em Nova Friburgo-Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2000; 9º Encontro Nacional de Direito Constitucional & 1º Congresso de Constitucionalistas do Mercosul, 24, 25 e 26 de agosto de 2000, USP, na Associação Brasileira dos Constitucionalistas — Instituto Pimenta Bueno; Presidente das Mesas de Trabalhos — "O Poder Judiciário Laboral", no I Encontro de Escolas da Magistratura do Trabalho — "O Direito do Trabalho na Sociedade Contemporânea", no Hotel Intercontinental, São Paulo, 27 de agosto de 2000; Palestra de encerramento do Congresso da Academia Internacional de Direito e Economia, Projeto de Lei do Código de Defesa do Contribuinte, 4 de setembro de 2000, no Centro de Convenções do Gran Meliá Hotel, São Paulo.

Participou dos seguintes seminários: Seminário "A Reforma do Poder Judiciário", 1997, no CEUB; Seminário "Aspectos Jurídicos e Econômicos do Sistema de Financiamento Imobiliário", na Escola Nacional da Magistratura, Bahia, 13 de março de 1999; Seminário "Mercosul e Planos de Saúde", na Escola Nacional da Magistratura, Santiago do Chile, 6 de setembro de 1999; Seminário Internacional — "O Tribunal Penal Internacional e a Constituição Brasileira" (Presidente da Mesa), no Conselho da Justiça Federal, em Brasília, 1º de outubro de 1999; Seminário Internacional sobre Lavagem de Dinheiro, em Brasília, 29 a 30 de novembro de 1999; "I Seminário Nacional de Perícia Contábil", na Associação dos Peritos Criminais Federais — APCF, em Brasília, 22 de março de 2000.

Teve participação nos seguintes congressos, convenções e simpósios: 1ª Semana Jurídica de São Gabriel, 16 a 20 de setembro de 1977; V Congresso Latino-Americano de Magistrados, em Porto Alegre, 24 de abril de 1987; 4ª Semana Jurídica de São Gabriel, 17 de setembro de 1989; 2ª Jornada de Estudos Contábeis e Jurídicos no Centro de Ensino Superior de Erechim, Maio de 1990; III Congresso Nacional das Justiças Militares Estaduais, no Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 19 de junho de 1993; 34ª Convenção Nacional do Comércio Lojista e 45º Seminário Nacional dos Serviços de Proteção ao Crédito, em Natal — RN, 24 a 27 de outubro de 1993; Simpósio Internacional sobre Formación Judicial, Poder Judicial de Salta, Escuela de La Magistratura, Ciudad de Salta, 14, 15 y 16 de agosto de 1997; Orientador do Trabalho: "A Defesa do Consumidor no âmbito do Mercosul", apresentado no 5º Congresso de Iniciação Científica da UnB, 26 e 27 de agosto de 1999; Orientador do Trabalho: "O Mercosul e a Defesa do Consumidor", apresentado no 5º Congresso de Iniciação Científica da UnB, 26 e 27 de agosto de 1999; 8º Encontro Nacional de Direito Constitucional, Associação Brasileira dos Constitucionalistas, na USP, 26 a 28 de agosto de 1999; V Congresso de Estudos Jurídicos e III Encontro dos Advogados do Estado do Tocantins, 19 a 22 de outubro de 1999; VI Ciclo de Estudos de Direito do Trabalho, Escola Nacional da Magistratura e Instituto dos Advogados de São Paulo, em Recife, 28 de abril a 1º de maio de 2000; Curso "Direito e Economia para Magistrados", Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo — RS, 25 a 28 de maio de 2000; Participante do AEI World Forum, Beaver Creek, Colorado, EUA, 15 a 18 de junho de 2000.

05
Proj. de Lei

Publicou a monografia *As Tendências do Direito e do Poder Judiciário no Brasil e no Mundo*, Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários — Brasília: CJF, 1997, Volume 14, e os seguintes artigos: **In** *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Ed. Forense, 10ª edição, 1988, p. 40, "Penas Alternativas: Pontos para Reflexão"; *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1993, "Mais uma 'década perdida' ?"; *O Estado de São Paulo*, 24 de setembro de 1993, "A revisão é indispensável"; *O Estado de São Paulo*, 1º de outubro de 1993, "Revisão deve buscar rapidez e qualidade"; *O Estado de São Paulo*, 9 de outubro de 1993, "Crise e disputa de poderes"; *O Estado de São Paulo*, 15 de outubro de 1993, "As dúvidas do rito sumário"; *O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1993, "O regimento da revisão constitucional"; *O Estado de São Paulo*, 30 de outubro de 1993, "CPI e revisão devem andar juntas"; *O Estado de São Paulo*, 5 de novembro de 1993, "CPI não absolve nem condena: investiga"; *O Estado de São Paulo*, 18 de novembro de 1993, "CPI do Orçamento x Eleições de 1994"; *O Estado de São Paulo*, 23 de novembro de 1993, "Federação x República"; *O Estado de São Paulo*, 30 de novembro de 1993, "Acusados devem ser afastados"; *O Estado de São Paulo*, 7 de dezembro de 1993, "Distorções no sistema eleitoral"; *O Estado de São Paulo*, 14 de dezembro de 1993, "A incoerência da nossa Federação"; *O Estado de São Paulo*, 21 de dezembro de 1993, "Da disputa dos poderes"; *O Estado de São Paulo*, 28 de dezembro de 1993, "Controle externo do Judiciário"; *O Estado de São Paulo*, 4 de janeiro de 1994, "PMDB: falta unidade para 94"; *O Estado de São Paulo*, 11 de janeiro de 1994, "Da legislação eficaz e da governabilidade"; *O Estado de São Paulo*, 26 de janeiro de 1994, "Reeleição com limites é avanço"; *O Estado de São Paulo*, 1º de fevereiro de 1994, "Em torno de um sistema eleitoral misto"; *O Estado de São Paulo*, 31 de maio de 1994, "No caminho da revisão, as eleições". Publicou, ainda, *Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias* — Organizadores: Nelson Jobim e Walter Costa Porto — Senado Federal — Subsecretaria de Biblioteca — 1996.

Mereceu as seguintes homenagens: Diploma de Cidadania por participar da campanha da Constituinte 86; Defensor da Liberdade e da Justiça Social, Prefeitura Municipal de Cuiabá, outubro de 1988, Homenagem dos Advogados de Goiás, Anápolis, 22 de outubro de 1988, Felicíssimo José de Sena, Presidente da OAB — GO; Reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no Congresso Nacional, Julho de 1989, PMDB de Santa Maria; Reconhecimento da comunidade por meio de seus representantes, Santa Maria, 7 de maio de 1991, Ver, Elias Pacheco, Presidente; Elaboração da Lei Orgânica do Município de Santo Ângelo, 2 de agosto de 1991, Poder Legislativo, Ver, Juarez Alves Lemos, Presidente; Homenagem dos Acadêmicos, Faculdade de Direito, 1992, Santo Ângelo-RS, 4º ano de Direito; Colaboração prestada ao CPEAEX/ECEME no apoio às atividades de ensino, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 31 de maio de 1993; Relator da Revisão Constitucional (1993 e 1994) Homenagem da FMU — Faculdade de Direito; Homenagem da Polícia Rodoviária Federal, Formatura da Turma I/94; Pela Magnânima e brilhante participação como parlamentar na Câmara dos Deputados, Oficiais da BM, Santa Maria, Junho de 1994; Homenagem da Escola de Comando Estado-Maior do Exército, 31 de março de 1995; Homenagem e agradecimento da Prefeitura Municipal e Associação Comercial e Industrial de Faxinal do Soturno-RS, 10 de julho de 1995; Título de Cidadão Valenciano, Seminário Internacional e Capacitação nos Sistemas Penitenciários, Valença-RJ, 31 de agosto de 1995; Participação do Ministro da Justiça no 1º Fórum Nacional sobre Polícia Interativa, Guaçuí-ES, 30 de agosto de 1995, Prefeitura Municipal; Homenagem ao Ministro da Justiça, Presidente de Honra do II ENAC, setembro de 1995; Agradecimento dos Delegados da Polícia Federal ao Ministro da Justiça, São Paulo, 3 de outubro de 1995; Homenagem ao Ministro da Justiça da Turma

96 P. de ben. nº

Galeno Lacerda — Direito Noturno — CEUB, dezembro de 1995; Ministro da Justiça, Patrono dos formandos de Direito Diurno do CEUB, 2º semestre de 1996; Agradecimento pela colaboração prestada aos estudos da escola em 1996, Escola Superior de Guerra, 1996; Certificate of Appreciation United States Coast Guard, International Training Division. U.S. Cost Guard/U.S. Customs Service Port Security and Safety Seminar, Rio de Janeiro, 29nd day of March 1996; Congratulações pelo Lançamento do "Plano Nacional de Direitos Humanos", Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 13 de maio de 1996; Instalação da Câmara de Arbitragem e Associação Comercial do Paraná — ARBITAC — Ministro da Justiça, Curitiba, 18 de junho de 1996; Homenagem pela visita à cidade de Goiás, Prefeitura Municipal, Julho de 1996; Agradecimento pela participação na Semana do Advogado, OAB — Minas Gerais, 13 de agosto de 1996; Ministro da Justiça, Paraninfo dos formandos de Direito da UFSC, 17 de agosto de 1996; SICREDI — RS, pelo apoio institucional ao desenvolvimento do cooperativismo de crédito, Porto Alegre, 6 de dezembro de 1996; Título de Professor **Honoris Causa**, concedido pelo Conselho Superior das Faculdades Integradas da Sociedade Educacional Tuiuti, Curitiba-Paraná, em 11 de março de 1997; Título de Irmão Honorário, Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, Pelotas-RS, 6 de dezembro de 1997; Dante de Oliveira; Diploma de Acadêmico, Academia Internacional de Direito e Economia, 4 de dezembro de 1998; Homenagem do Tribunal Constitucional em Madrid, 1998; Diploma de Honra ao Mérito pelos serviços prestados às Populações Negras, Cedine/MS, Campo Grande, 21 de março de 2000; Patrono da Turma Ministro Nelson Jobim, Turma de Direito da Fiplac — 2º Semestre de 1999, 19 de maio de 2000; Patrono dos Bacharelados em Administração — Comércio Exterior, 1º Semestre/2000 — UNEB, Brasília, julho de 2000.

Foi agraciado com as seguintes medalhas: Medalha: II Ministero Dell' Interno (Itália); Medalha: Brigada Militar 150 anos, 2 de outubro de 1988; Colégio Ruy Barbosa, A cultura liberta. A ignorância escraviza; Inauguração da Sede da OAB, Brasília, 19 de novembro de 1990; Visita do Presidente Henrique Cardoso, República da Venezuela, 1995; Prêmio Direitos Humanos, Brasília, dezembro de 1995; Visita do Presidente Henrique Cardoso, República da África do Sul, 1996; Estratégia Antidrogas, em El Hemisferio, Montevideo, Uruguay, 3 de dezembro de 1996; Medalha: Polícia Judiciária; Polícia Federal; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1934-1994, 60 anos; Instituto dos Advogados Brasileiros, 150 anos; Marinha do Brasil, Navio-Escola Brasil; Ministerio del Interior, Uruguay; Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Mérito Tiradentes, Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, 10 de dezembro de 1997; Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul — 20 anos realizando justiça — 1979/1999; Associação dos Peritos Criminais Federais, I Seminário Nacional de Perícia Contábil, Brasília, 23 de março de 2000; Alfinete de lapela com a logomarca oficial da UFRGS, membro da Comissão Honorífica do Centenário, 21 de junho de 2000.

No exterior, foi agraciado com as seguintes condecorações: Estados Unidos da América: Honorary Texan, The State of Texas, 29th day of february, A.D. 1996; Scientific Merit Award, Institute for Inter-American Legal Studies, Barry University of Orlando School of Law, Orlando, Florida, United States of America, May 19, 1999. Itália: Cavaliere di Gran Groce, Dell'Ordine Al Merito Della Repubblica Italiana, Roma, 11 de febbraio 1997. França: Grand Officier de La Légion D'Honneur, Ordre National de La Légion D'Honneur, Paris, le 3 septembre 1997. Argentina: Miembro Honorario del Instituto del Derecho Comparado y de la Integración, Universidad Notarial Argentina, Buenos Aires, 12 de junho de 1996.

No Brasil recebeu diversas condecorações:

ASSEMBLÉIA 07 P. de bec nº 768/05

Poder Judiciário: Mérito Judiciário, Tribunal de Justiça, 1974; Grande Oficial, Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, 11 de agosto de 1989; Ordem do Mérito Juiz Classista, Associação Nacional dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho, 6 de setembro de 1993; Condecoração de Alta Distinção, Ordem do Mérito Judiciário Militar, 10 de novembro de 1993; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, 11 de agosto de 1995; Colar do Mérito Judiciário, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1996.

Poder Legislativo: Grande Oficial, Ordem do Congresso Nacional, 17 de dezembro de 1990; Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmin, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, 1º de agosto de 1996.

Poder Executivo: Título de Sócio Benemérito pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados aos Procuradores da Fazenda Nacional, em Brasília, 4 de julho de 1989; Mérito Universitário, na Universidade Federal de Santa Maria, 29 de setembro de 1989; Grã-Cruz, Ordem do Mérito, em Tocantins, 9 de março de 1991; Mérito Tamandaré, Ordem do Mérito Naval, em Brasília, 13 de dezembro de 1992; Grande-Oficial da Ordem do Mérito Naval, em Brasília, 11 de junho de 1993; Comendador da Ordem do Mérito Militar, em Brasília, 25 de agosto de 1993; Grande-Oficial, Ordem do Mérito Militar, em Brasília, 19 de abril de 1995; Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, em Brasília, 27 de abril de 1995; Grande-Oficial da Ordem do Mérito Forças Armadas, 25 de julho de 1995; Grande-Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, em Brasília, 23 de outubro de 1995; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, 1º de abril de 1996; Título de Homenageado Especial, Academia Brasileira de Direito Criminal, ABDCRIM, em São Paulo, 12 de dezembro de 1996; Grã-Cruz da Ordem do Mérito Marechal Rondom, em Rondônia, 28 de fevereiro de 1997; Grã-Cruz da Ordem do Ponche Verde, em Porto Alegre, 9 de maio de 1997; Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Dom Bosco, em Brasília, 2 de setembro de 1997; Medalha do Mérito Tiradentes, Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, 10 de dezembro de 1997; Comenda de Cavalheiro recebida pela notável contribuição ao Estado do Paraná, em Curitiba, 13 de dezembro de 1997; Grau de Cavalheiro da Boca Maldita, em Curitiba, 13 de dezembro de 1997; Grande-Oficial, Ordem da Estrela do Acre, em Rio Branco, 11 de agosto de 1999.

Participou do I Encontro Nacional sobre Administração Judiciária, promovido pelo Supremo Tribunal Federal em parceria com o Centro de Estudos de Justiça das Américas, ocorrido nos dias 21 e 22.11.2003, no STF, onde realizou o encerramento do evento.

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Estado da Paraíba 09 P. de lei nº 768/05

SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário
Às fls. 168 sob o nº 768/05
Em 22 / 03 /2005
p/ Vilma Santos
Diretor da Div. de Assessoria ao Plenário

Remetido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo
Em, 29 / 03 /2005.
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para indicação do Relator
Em 06 / 04 / 2005.
Secretaria Legislativa
Secretário

Assessoramento Legislativo Técnico
Em ____ /____/2005
Secretaria Legislativa
Secretário

Aprovado em (_____) Turno
Em _____ / _____ / 2005.
Funcionário

Constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 28 / 03 /2005
p/ Vilma Santos
Div. de Assessoria ao Plenário
Diretor

Remetido à Secretaria Legislativa
No dia 29 / 03 /2005
Graça Alcântara
Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo

Publicado no Diário do Poder Legislativo no dia ____/____/2005
Secretaria Legislativa
Secretário

Designado como Relator o Deputado
FÁBIO NOGUEIRA
Em 03/04 /2005
Deputado
Presidente

Apreciado pela Comissão
No dia ____ / ____ /2005
Parecer_____
Em ____/____/
Secretaria Legislativa

No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta (sete) Pagina (s) e (_____) Documento (s) em anexo.
Em _____ / _____ / 2005.

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Assembléia Legislativa da Paraíba
Proj Lei 768/05
Departamento das Comissões

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE LEI Nº768/2005.

Concede o Título de Cidadania Paraibana ao Ministro Nelson Azevedo Jobim- do Supremo Tribunal Federal,e dá providências.

AUTOR **:** Dep. VITAL FILHO
RELATOR: Dep. FÁBIO NOGUEIRA

P A R E C E R Nº 784/05

I – RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para exame e parecer o **Projeto de Lei Nº768/2005**, de autoria do nobre Dep. Vital Filho, e que tem por objetivo conceder Título de Cidadania Paraibana ao Ministro Nelson Azevedo Jobim- do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa recomenda pelo nobre Deputado Vital Filho, presta sem dúvidas, uma justa homenagem ao Ministro do Supremo Tribunal Federal- Nelson Azevedo Jobim, a quem se dispensa quaisquer comentários, diante da extensa folha de serviços que prestou ao País.

Pela leitura da justificativa, bem como da documentação anexa, pode-se perceber que a homenagem pretendida é da mais justas e oportunas.

Diante de tais considerações, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei Nº 768/2005,** recomendando, afinal, por sua aprovação na forma original.

É o voto.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 2005.

Dep. FÁBIO NOGUEIRA
RELATOR

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Assembléia Legislativa da Paraíba
Departamento das Comissões
Proj Lei 768/05

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação é pela aprovação do **Projeto de Lei nº 768/2005**, na sua forma original, nos termos do voto do Senhor Relator.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 2005.

DEP. BOSCO CARNEIRO JÚNIOR
Presidente

DEP. FÁBIO NOGUEIRA
Membro

DEP. GILVAN FREIRE
Membro

DEP. ARIANO FERNANDES
Membro

DEP. FREI ANASTÁCIO
Membro

DEP. JOÃO GONÇALVES
Membro

DEP. VITAL FILHO
Membro

Apreciada Pela Comissão
No Dia 04/05/2005

APROVADO O PARECER. SEM UNICA DISCUSSÃO NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05.05.2005
1º SECRETARIO

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº 501 ***/2005*** ***João Pessoa,*** 05 ***de*** maio ***de 2005***

Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 768/05 de autoria do Deputado Vital Filho, que "Concede Título de Cidadania Paraibana ao Ministro Nelson Azevedo Jobim – do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências".

Atenciosamente,

RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. CÁSSIO CUNHA LIMA
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
"Palácio da Redenção"
Praça João Pessoa, S/N – Centro
João Pessoa/PB

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 470/2005
PROJETO DE LEI Nº 768/05

Concede Título de Cidadania Paraibana ao Ministro Nelson Azevedo Jobim – do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadania Paraibana ao Ministro Nelson Azevedo Jobim – do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, **"Casa de Epitácio Pessoa"**, João Pessoa, 05 de maio de 2005.

RÔMULO JOSÉ DE GOUVEIA
Presidente